

# **CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

**Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania,  
Ética e Decoro Parlamentar**

**6º Relatório Bimestral  
(acumulado janeiro a dezembro 2022)**

**RELATÓRIO ANUAL**

CDDHCEDP

**Brasília/DF**  
Dezembro/2022

## **Composição da Comissão**

### **Membros Titulares**

Deputado Fábio Felix - Presidente  
Deputado Agaciel Maia - Vice-Presidente  
Deputada Jaqueline Silva  
Deputado Reginaldo Sardinha  
Deputado Iolando

### **Membros Suplentes**

Deputado Leandro Grass  
Deputado Robério Negreiros  
Deputado Júlia Lucy  
Deputada Martins Machado  
Deputado Valdelino Barcelos

### **Servidores da Comissão**

Gabriel Santos Elias – Secretário da Comissão  
Janaína Bittencourt – Assessora da Comissão  
Gabriela Tunes da Silva – Consultora Legislativa  
Thiago Bazi Brandão – Consultor Técnico-Legislativo – Assistente Social  
Natália Daniela de Sousa - Consultora Técnico-Legislativa – Assistente Social  
Cleide Soares – Técnica Legislativa  
Carlos Hiago Marques de Souza - Assessor  
Rhaiza Moreira de Carvalho - Assessora  
Tamires dos Anjos Silva – Assessora  
Leticia Lima Cardoso – Estagiária de Sociologia  
Dheneffer Santana Nascimento – Estagiária de Serviço Social  
Giovanna Cruzeiro – Estagiária de Serviço Social  
Maurício Rocha – Estagiário de Serviço Social

## 6º Relatório Bimestral (acumulado de janeiro a dezembro de 2022)

### Relatório Anual

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar (CDDHCEDP), conforme o Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, no seu artigo 67, parágrafo 2º tem como prerrogativa:

§ 2º A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar fará relatório bimestral sobre as atribuições previstas nos incisos I a IV deste artigo.

Em face disso, elaboramos este material com vistas a dar publicidade e transparência às ações realizadas pela Comissão.

Registra-se que compete à Comissão realizar, conforme o mesmo Artigo 67 do Regimento Interno da CLDF, as seguintes ações:

- I – investigar denúncias de violação dos direitos humanos ou cidadania;
- II – articular-se com entidades públicas ou privadas de defesa dos direitos humanos e cidadania, bem como com órgãos públicos de segurança e defesa civil, em esforço conjunto para minimizar as causas da violência;
- III – promover simpósios, congressos, conferências, seminários ou assemelhados com a sociedade, na busca de soluções contra a violência;
- IV – visitar, periodicamente:
  - a) delegacias, penitenciárias, casas de albergado;
  - b) centros de triagem, asilos, casas de amparo a pessoas desfavorecidas e de atendimento psiquiátrico;
  - c) lugares onde se abrigam pessoas sem moradia;
  - d) vítimas ou familiares de vítimas falecidas que, em razão do crime, não possuem o mínimo de condições necessárias para a sobrevivência;

Na Comissão, de Janeiro a Dezembro de 2022, foram recebidas e registradas **1275** demandas que foram classificadas da seguinte forma:

**Tabela 1 - Classificação de Demandas de 2022**

<b>NATUREZA DA DEMANDA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Sistema Prisional	591
Saúde	110
Assistência Social	89
Moradia e Conflito Urbano	46
Violência Policial	40
LGBTQIA+fobia	36
Socioeducativo	32
Criança e Adolescente	29
Educação	27
Racismo	16
Violência Política	14
Gênero	6
Idoso	5
Outros	221

### Gráfico 1 - Classificação das Demandas

Das demandas apresentadas, foram produzidos 1269 ofícios dirigidos às organizações públicas do Distrito Federal solicitando a análise das demandas, assim como a identificação das providências cabíveis. Outras medidas foram tomadas como contatos por telefone, e-mail, redes sociais, no sentido de oferecer agilidade ao atendimento e encaminhamento das necessidades das pessoas atendidas.

**Tabela 2 - Órgãos acionados**

<b>ÓRGÃO ACIONADO</b>	<b>NÚMERO DE OFÍCIOS</b>
VEP	344
SEAPE	120
SEDES	103
SES	102
MPDFT	78
SSP	77
SEE	53
VEP E NUPRI	49
SEJUS	48
PCDF	25
DF LEGAL	23
P MDF	18
DEFENSORIA	32
VEP e SEAPE	15
ORGANIZAÇÃO PRIVADA	11
PROEDUC	12
NUPRI	6
CODHAB	5
DECRIN	5

SEC. ECON	4
DETRAN	3
CAESB	2
CONSELHO TUTELAR	2
HUB	2
SEC. ESTADO E GOVERNO	2
SEMOB	2
SLU	2
TJDFT	2
NEOENERGIA	1
SEC. CULTURA	1
SEC. ESPORTE	1
SEC. TRAB	1
UNB	1
SEAGRI	0
TRE	0

No mesmo sentido das demandas que são mais recorrentes nas áreas do sistema prisional, saúde e assistência social, observamos que os órgãos mais acionados são a Vara de Execução Penal, a Secretaria de Saúde e a Secretaria de Desenvolvimento Social.

**Tabela 3 – Respostas Recebidas**

<b>STATUS DA RESPOSTA</b>	<b>QUANTIDADE</b>	<b>PORCENTAGEM</b>
<b>Respondidas no Prazo</b>	274	45,8%
<b>Respondidas com Atraso</b>	266	
<b>Sem Resposta</b>	687	54,1%
<b>Total Registradas</b>	1269	100,00%

Recebemos a resposta a 540 demandas, o que demonstra a melhoria da comunicação interinstitucional dada pelo uso do Sistema SEI e pelos contatos por e-mail e redes sociais.

Os desafios relacionados a defesa dos direitos humanos estão relacionados ao sistema prisional, e ao acesso aos direitos de saúde e assistência social. Destacam-se também demandas relacionadas a abuso de autoridade e violência a policial.

Os dados demonstram a necessidade de promover mais ações de articulação da rede de políticas públicas, ampliação das equipes de trabalho nas áreas de saúde e assistência, capacitação voltada para abordagens mais humanizadas por parte da polícia e por práticas de ressocialização e inclusão social de internos do sistema prisional e pessoas em situação de rua.

#### **ANÁLISE QUALITATIVA DAS DEMANDAS E DAS RESPOSTAS**

A natureza das demandas de violações dos direitos humanos em 2022 revela uma tendência histórica do Estado Brasileiro de reproduzir práticas de abuso de autoridade, violência, por um lado, e de manter barreiras e limites de acesso aos direitos, do outro. Essa dinâmica tem sido prejudicial a população do Distrito Federal que busca a Comissão de Direitos Humanos da CLDF quando encontra dificuldades no seu relacionamento com o poder público.

Observa-se como novidade em termos de demandas aquelas relacionadas a violência política tendo em vista o processo eleitoral e a ocorrência de violências, discriminações e outras práticas de atentado contra a dignidade da pessoa humana.

A mediação com as instituições tem sido o caminho traçado por esta Comissão no sentido de firmar pontes de cooperação e contribuir com a difusão da defesa dos direitos humanos no âmbito do Distrito Federal.

Por esta razão convém refletir sobre a natureza dessas demandas com o intuito de definirmos propostas que visam subsidiar o próximo programa orçamentário de Direitos Humanos do Plano Plurianual do Distrito Federal - 2024 a 2027.

#### **Anexo – Detalhamento da natureza das demandas**

<b>Descrição da Demanda</b>
HRAN sem médico Neurologista para pacientes que sofreram AVC.
Agressão entre profissionais da saúde dentro de hospital.
Homofobia em Academia.
Denúncia contra a perícia médica do Ministério da Saúde.
Agressão á interno na Unidade de Internação Provisória de São Sebastião.
Isenção para vestibular da UnB negada.
Problema na senha para visita no site do sistema penitenciário.
Solicita auxílio emergencial.



Agressão à passageiro no aeroporto.
Unidade de internação de Santa Maria sem o scanner para revista de visitantes.
Abuso contra internos na Unidade de Internação Santa Maria.
Solicitação de papa lixo para acampamento.
UPA de sobradinho superlotada.
Constrangimento no atendimento do IML.
Maus tratos no PDF 1.
Maus tratos no CIR.
Tortura no Complexo da Papuda.
Encerramento de atendimento no hospital universitário.
Medicamento em falta nos hospitais públicos.

Denúncia de maus tratos contra agente penitenciária.
Maus tratos em presídio feminino.
Denúncia de maus tratos contra agente penitenciária.
Pedido de atendimento e acompanhamento psiquiátrico.
Pedido de atendimento médico.
Negligência médica.
Agressões na Unidade de Internação de Adolescentes de Santa Maria
Maus tratos no CFP.
Superlotação no HRAN.
Superlotação no Hospital Santa Maria.
Superlotação no HRC.

Direção cria banheiro PNE em escola, é atacado por pais.
Violência Institucional no HSVP
Unidade de internação São Sebastião sem scanner para visitas.
Encerramento de atendimento no HUB.
Agressão transfóbica.
Demanda por central Judicial do Idoso
Erro em reconhecimento facial da PCDF.
DF legal toma pertences de acampamento.
Demanda por celeridade no INSS.
Vítima de agressão demanda encaminhamento ao IML.
Interno do Sistema Penitenciário demanda por atendimento médico.

Falta de atendimento na UBS 06 de Taguatinga.
Abordagem truculenta da polícia e do Df legal em águas claras.
Abordagem truculenta da Polícia Militar do DF no setor comercial sul.
Demanda por reintegração de posse em acampamento.
PMs atiraram 58 vezes contra suspeitos .
. Demanda por moradia em conflito.
Racismo em supermercado.
Racismo em shopping.
Denúncia de formação de milícia no Guará.
Recusa de matrícula escolar à criança com deficiência.
Superlotação do HRSAM.

Solicitação de informações da FUNAP.
Denúncia de contaminação de COVID19 no local de trabalho.
Desocupação.
Racismo no Sistema Judiciário.
Problema com Passe Livre Estudantil
Adolescente morto em ação da PM.
Demanda por bolsa patrocínio para atleta.
Denúncia de Superlotação em presídio.
Agressão motivada por racismo.
Denúncia de violação de direitos autorais.
Ação Judicial - Desocupação administrativa de Associação.

Discordância de valor quanto à cobrança feita pela Neoenergia.
Tortura no Sistema Prisional.
Imóvel CODHAB entregue sem condições de moradia.
Denúncia contra prisão preventiva.
Agressão no Sistema Penitenciário.
Risco de transmissão de COVID19 no Sistema Prisional.
Assédio na unidade socioeducativa de São Sebastião.
Agressão na Unidade de internação Santa Maria.
Agressão no Sistema Prisional.
Violência contra idoso.
Derrubada de acampamento.

Trata-se de pedido de reavaliação do processo criminal.
Falta de atendimento no SEJUS.
Processo tutelar de criança.
Vaga para matrícula na escola.
Perseguição dentro da Polícia Militar.
A Associação de Ambulantes do Sistema Penitenciário sofre maus tratos.
Racismo e homofobia no CEF Polivalente.
Atraso nos benefícios assistenciais.
Solicita sepultamento pela SEDES
Internas do sistema prisional feminino, que estão trabalhando solicitam que autorização da entrada com cílios postiços e unha pintada.
Plano de Saúde nega beneficiários com deficiência.

Exigência de 3 doses da vacina contra COVID19 impede visita no sistema penitenciário.
Polícia prende protestantes.
Solicitação de água para acampamentos.
Compartilhamento de <i>fake news</i> sobre HIV.
Falta de atendimento HRSAM.
Impedimento da entrada de visitantes com alongamento de unha e cílios no sistema penitenciário.
Racismo na escola.
Mercado não respeita direitos trabalhistas.
Abordagem violenta da Polícia Militar.
Conflito civil.
Risco de contaminação em Universidade.



Superlotação no Hospital de Base.
Falta de atendimento na UPA II de Sobradinho.
Demanda por cirurgia de urgência.
Violência contra pessoas em situação de rua.
Pacientes ortopédicos esperando por cirurgia nos corredores do Hospital de Base.
Falta de atendimento no CRAS Santa Maria.
Proibição de fantasia em escola primária.
Ordem de derrubada de terrenos
Falta de resposta do HRAN
Mau atendimento no ambulatório trans
Falta de alimentação e saúde adequadas no PDF2

Falta de alimentação adequada no PDF1
Abandono de idoso e falta de encaminhamento para instituição de acolhimento
Abuso de autoridade impedindo a livre expressão artística de um ensaio de fanfarras
Internas da Penitenciária Feminina do DF sem receber cobertura há 3 meses
Dificuldade em acessar benefícios socioassistenciais
Solicitação de acesso a TV para os internos acompanharem os jogos da Copa do Mundo
Ambulantes sendo impedidos e tendo seus pertences recolhidos no PDF1
Dificuldade em matricular crianças do acampamento Florestan Fernandes na escola
Inacessibilidade da família à visitas no Complexo Penitenciário da Papuda
Atos racistas e transfóbicos contra cidadã
Não cumprimento do horário de visita na PDF1

Falta de acesso a água e banheiro na hora da visita nos Presídios
Alunos carimbados para receber merenda em escola de Planaltina
Trabalhador sofrendo perseguição por seus superiores na CAESB
Demanda por medicação e assistência à saúde para criança com necessidade de suplementação alimentar
Sem retorno da CODHAB
Capacitismo e assédio moral no ambiente de trabalho
Utilização do serviço público para campanha eleitoral
Demora para entregar as apostilaS do CENED para internos
Humilhação de aluno com Transtorno do Espectro Autista na Escola Classe Jardim Botânico.
Violência institucional e de imposição de barreiras ao acesso a direitos
Racismo no Hospital Regional de Ceilândia

Condições precárias de trabalho e assédio moral de recenseadores do IBGE
Pedido de Câmara Hiperbárica e cirurgia no Hospital do Paranoá
Junta Médica Oficial do Distrito Federal nega direitos a pessoas autistas
Solicitação de garantias de preservação da integridade física de internos do Sistema Prisional do Distrito Federal
Interno da CDP 2 alvejado por bala de borracha disparada por agente penitenciário
Utilização do nome social por alunos
Demanda por mediação com vistas a reparação de direitos e não discriminação (especificamente contra LGBTQIA+) no trabalho
Solicitação do Serviço Especializado de Abordagem Social
Solicitação de medicamentos
Desocupação de famílias próxima à UnB - N4 Norte
Mau estado de conservação de equipamentos escolares

Redução de horário de funcionamento de escola prejudicando a famílias dos estudantes
Não atendimento da Defensoria Pública, via telefone
Ex-servidor da CLDF tendo seus direitos negligenciados pela família
Ameaça contra pessoas em situação de rua
Casos de agiotagem em Brasília
Perseguição e ameaça na QNA 12 - Taguatinga
Trabalhadores sem carteira assinada
Postagem com teor xenofóbico
Morte de uma pessoa em situação de vulnerabilidade social no Hospital de Base por Policial Civil
Pedido de monitoração eletrônica
Problemas entre internos da Penitenciária do Distrito Federal 1

Demora para emissão de Registro Geral de interno
Racismo e ofensas decorrentes de posicionamento político
Solicitação de atendimento do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) com urgência
Campanha em escola com uso de imagens de estudantes sem autorização dos pais
Abordagem violenta e abusiva em atendimento de pessoa com problemas de saúde mental
Abuso de poder e violência policial durante abordagem
Abusos e excessos no Curso de Formação de Praças (CFP IX)
Solicitação de exames com urgência
Ameaças de massacre nas escolas do DF
Detento é encontrado morto no Centro de Internamento e Reeducação (CIR)
Solicitação de pagamento do Auxílio-Aluguel com urgência

Pedido de apuração acerca de declaração sobre exploração sexual infantil
Violação do direito a saúde
Familiares estão sem notícias de detento do Complexo Penitenciário da Papuda internado em UTI
Solicitação de concessão de habitação
Suspensão de visitas devido ao ENCCEJA
Pessoa com transtorno do espectro autista foi impedida de entrar no Metrô
Informações sobre quando será expandida as doses de vacina da covid-19
Falta de informações sobre internos
Ameaças de frequentadores de igreja por oposição política
Discriminação de gênero - transfobia
Relatos sobre tráfico e uso de drogas no Complexo Penitenciário da Papuda

Advogado faz gesto de saudação nazista em partida de futebol
Bandeira com símbolos nazistas hasteada em Aeródromo do DF

## PROCESSO LEGISLATIVO

Em 2022, 69 proposições com relação aos direitos humanos e à cidadania tramitaram na Comissão para relatoria com parecer de mérito, sendo 2 Projetos de Lei do Poder Executivo, 59 projetos de lei de Deputados Distritais e 8 Indicações de deputados solicitando providências do Poder Executivo. A seguir, temos as tipologias e seus quantitativos quanto à origem.

PROPOSIÇÕES	EXECUTIVO	DEPUTADOS	TOTAL
Projetos de Lei	2	57	59
Projetos de Lei Complementar		01	01
Projeto de Resolução		01	01
Indicações	-	08	08
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>67</b>	<b>69</b>

Do total de 69 proposições, uma está em fase de designação de relatoria, após conclusão do prazo de emendas. 27 proposições estão prontas para votação em reunião da Comissão, sendo 19 projetos de lei e 8 indicações de deputados. 30 proposições estão designadas para deputados da Comissão elaborarem pareceres. 6 proposições foram relatadas em Plenário, sendo 3 em fase de inclusão na Ordem do Dia para votação ou sanção do governador. 2 leis foram sancionadas pelo governador e 1 lei foi vetada. 2 proposições foram apensadas a outros projetos.



SITUAÇÃO	PROPOSIÇÕES
Em fase de elaboração de pareceres por deputados da Comissão	30
Proposições prontas para votação na Comissão	27
Proposição para designação de relator	01
Relatadas em plenário, em fase de tramitação final	06
Proposições finalizadas como Lei (sancionadas)	02
Proposição aprovada e vetada pelo governador	01
Proposições concluídas na Comissão com apensamento ou com correção de trâmite	02
<b>TOTAL</b>	<b>69</b>

## PRÊMIO MARIELLE FRANCO DE DIREITOS HUMANOS

Em 2019, a Comissão instituiu o Prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos, que é um reconhecimento público e oficial da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa do Distrito Federal pelo trabalho de defensoras e defensores de direitos humanos em diversas áreas de atuação. Esse reconhecimento público da atuação e trabalhos desenvolvidos no Distrito Federal busca também incentivar que mais pessoas, organizações e servidores públicos se engajem na defesa dos direitos humanos. Marielle Franco era mulher negra, mãe, bissexual, cria da maré, defensora dos direitos humanos, socióloga e mestra em administração pública. Em 2017, tornou-se a terceira mulher negra a ocupar uma cadeira na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro pelo PSOL e presidenta da comissão da mulher da câmara municipal. No dia 14|03|2018 foi assassinada em um atentado político na cidade do Rio de Janeiro. Quem mandou matá-la não imaginava, mas a Marielle era semente e a luta por direitos, proteção à vida e à dignidade reverberou pelo Brasil, com repercussão em todo o mundo. Um dos objetivos desta premiação é defender e espalhar a sua memória para que mais Marielles possam surgir e mudar a realidade em que vivemos.

Em 14 de março de 2022, foi realizada a sessão solene de premiação da 3ª edição do Prêmio Marielle Franco, agraciando 13 iniciativas em 6 categorias: organização da sociedade civil; ativistas; serviço público; arte e cultura; academia; e empresa. Lista dos premiados de 2022:

AGRACIADOS COM O PRÊMIO MARIELLE FRANCO 2022	
CATEGORIAS	AGRACIADOS
<b>Organização da Sociedade Civil</b>	Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos Coletivo das Cidades
	Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero

<b>Ativistas</b>	Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos Coletivo das Cidades
<b>Serviço Público</b>	Luisa de Marilac - Promotora de Justiça Kyola de Araujo Costa Vale - Médica Psiquiatra da Secretaria de Saúde Chicão São Sebastião - Centro Educacional São Francisco
<b>Arte e Cultura</b>	Outro Calaf Coletivo Backstage
<b>Academia</b>	Ela Wiecko Volkmer de Castilho
<b>Empresa</b>	Escola da Árvore

## **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

Ao longo de 2022, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar selecionou e incluiu no site da CLDF uma série de publicações educativas em direitos humanos para fortalecer a disseminação e a compreensão das áreas relacionadas a direitos, abrangendo cartilhas, guias, legislação e orientações práticas, com esclarecimentos sobre os distintos canais de atendimento. A área no portal da Comissão de Direitos Humanos é constantemente atualizada com novas publicações e pode ser acessada pelo link <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/publicacoes>

Foram incluídas 83 publicações educativas sobre temas de direitos humanos de livre acesso aos interessados.

Com o intuito de sensibilizar a população para acessar direitos e reduzir a violação de direitos humanos, foram impressas as seguintes publicações para distribuição em eventos e diligências, também disponíveis nos links indicados:

<b>Publicação</b>	<b>Quantidade</b>	<b>ARQUIVO</b>
Cartilha “Eu Protejo”	1.000	<a href="#">Acesse aqui</a>
Folder “Direito à Moradia”	1.000	<a href="#">Acesse aqui</a>
Cartaz “Pesquisa Identidade de Gênero e Orientação Sexual no DF” (parceria Codeplan)	200	<a href="#">Acesse aqui</a>
Folder “Pesquisa Identidade de Gênero e Orientação Sexual no DF” (parceria Codeplan)	1.800	<a href="#">Acesse aqui</a>
Folder “DF Sem Tortura”	2.000	<a href="#">Acesse aqui</a>

## **LEGISLAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

A Comissão está fazendo o acompanhamento da legislação brasileira, das normas produzidas pelo Distrito Federal e dos acordos e tratados internacionais em Direitos Humanos, com atualização da compilação pelo portal da CLDF, com disponibilização pelo link <https://www.cl.df.gov.br/web/guest/legislacao-de-direitos-humanos> , de forma a facilitar o acesso ao conjunto de normas de apoio à garantia de direitos à população e de apoio a estudiosos e profissionais da área.

## **PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA CDDHCEDP EM CONSELHOS E COMITÊS EXTERNOS**

A Comissão participa de conselhos e comitês externos, defendendo as pautas dos direitos humanos e as contribuições à formulação de políticas públicas e sociais que avancem na proteção, garantia e promoção dos direitos nos segmentos em que atua. A efetiva e contínua participação da Comissão ocorreu nos conselhos abaixo, tendo também representado a CLDF em eventos e reuniões externas, presenciais e virtuais, a convite de instituições relacionadas aos direitos humanos.

<b>CONSELHO</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>REPRESENTAÇÃO</b>
Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - CDPDDH (SEJUS) (2021/2023)	Gabriel Santos Elias - titular Wesley Silva Carvalho - suplente	CLDF/CDDHCEDP
Conselho Comunitário da Universidade de Brasília (2022)	Gabriel Santos Elias - titular	CLDF/CDDHCEDP
Conselho Regional de Cultura do Plano Piloto - Sistema de Arte e Cultura do Distrito Federal (GDF) (2021-2024)	Cleide Cristina Soares - presidente	Sociedade civil
Grupo de trabalho para discutir propostas para a área de Assistência Social do DF – MPDFT/TCDF/CLDF	Thiago Bazi Brandão Natália Souza	CLDF/CDDHCEDP

## **EVENTOS REALIZADOS PELA COMISSÃO OU EM PARCERIA**

<b>EVENTO</b>	<b>DATA / LOCAL</b>	<b>PARCERIA</b>
Oficina “Engajamento da sociedade civil na prevenção à tortura no DF”	05 a 14/05/2022 - CLDF	Instituto Veredas
Feira de Artesanato dos Direitos Humanos	16 a 19/08/2022 - CLDF	Artesãs da Estrutural
Oficina “O papel da Comissão na Defesa e Promoção dos Direitos Humanos”	01/12/2022 - CLDF	Curso de Direito da UnB

## COMITÊS INTERNOS DA CLDF COM PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO

<b>Comitê/Grupo</b>	<b>Servidor</b>	<b>Atuação</b>
Comitê de Planejamento Estratégico Institucional responsável pelo Planejamento Estratégico da CLDF (2021-2030)	Thiago Bazi	Coordenou a pesquisa de diagnóstico externo e parceria com a Codeplan
Comitê de Estratégia da Tecnologia da Informação	Gabriela Tunes Thiago Bazi	Análise e deliberação sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação com ênfase no desenvolvimento de sistemas para a área de legislação, fiscalização e participação cidadã.
Comitê de Análise do Adicional de Qualificação	Thiago Bazi	Coordenação da análise de títulos de servidores
Comitê Gestor de Sustentabilidade - Ecolegis	Thiago Bazi	Campanhas e educação ambiental
Comitê de Estágio Probatório	Thiago Bazi	Avaliação de servidores
Programa Conhecendo o Parlamento	Thiago Bazi	Orientação aos participantes
Grupo de Trabalho para elaboração do Sistema de Informação da Comissão	Thiago Bazi Janaina Bittencourt	Planejamento e construção do sistema

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da Comissão vem crescendo e aprimorando no sentido de se tornar um dos polos de referência da defesa e promoção dos direitos humanos no Distrito Federal.

Um dos exemplos desse papel exercido junto à população do DF é ilustrado pelo número significativo de demandas recebidas e respondidas no ano de 2022 e

de suas repercussões sociais, com destaques em veículos de comunicação locais e nacionais.

Além disso, a participação da Comissão na força tarefa com o MPDFT e TCDF para a ampliação dos serviços e benefícios socioassistenciais e pela melhoria da política de assistência social, contribuiu para que o Governo adotasse medidas voltadas à construção de novas unidades do CRAS, à contratação de servidores efetivos para a política pública e à ampliação dos formatos de atendimentos.

A perspectiva colocada para a Comissão nos próximos anos está relacionada ao esforço de empreender ações relacionadas à melhoria do planejamento e implementação das políticas públicas no campo dos direitos humanos correlacionando-as às principais demandas sobre violações.

Em, 05 de janeiro de 2023

**Gabriel Santos Elias**

*Secretário da CDDHCEDP*